
MINISTÉRIO PÚBLICO

COLÉGIO DE PROCURADORES

CONVOCAÇÃO Nº 12, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 15, II, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e 12, I, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, instituído pela Resolução nº 2, de 5 de março de 2018, do mesmo colegiado, acionando o sistema de deliberação remota instituído pelo Ato Normativo nº 9, de 1º de abril de 2020, ratificado pela Resolução nº 2, de 27 de abril de 2020, do Colégio de Procuradores de Justiça, CONVOCA sessão virtual e solene do Colégio de Procuradores de Justiça, a ser realizada, por meio de solução tecnológica de comunicação telepresencial, no dia 8 de novembro de 2021, segunda-feira, às 14:00 horas, para a posse de Membro do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça – Biênio 2020–2022. Tendo em vista as restrições de convivência social, impostas pela Pandemia do novo Coronavírus, bem como as disposições contidas na Portaria nº 519, de 13 de março de 2020, o Termo de Posse será encaminhado ao empossando, para a pertinente assinatura.

O acesso ao ambiente virtual da sessão se dará por meio de link, a ser enviado, até 15 (quinze) minutos antes da sessão, à caixa de e-mail institucional de todos os membros do colegiado.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 26 de outubro de 2021.

NORMANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES

CONVOCAÇÃO Nº 9, DE 26 DE OUTUBRO DE 2021

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 15, II, da Lei Complementar Estadual nº 11, de 18 de janeiro de 1996, e 12, I, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, instituído pela Resolução nº 2, de 5 de março de 2018, do mesmo colegiado, acionando o sistema de deliberação remota, instituído pelo Ato Normativo nº 9, de 1º de abril de 2020, ratificado pela Resolução nº 2, de 27 de abril de 2020, do Colégio de Procuradores de Justiça, CONVOCA sessão virtual e extraordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, a ser realizada, por meio de solução tecnológica de comunicação telepresencial, no dia 8 de novembro de 2021, segunda-feira, às 14:30 horas, com a seguinte ordem do dia:

1. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIGA Nº 18840/2021

ASSUNTO: Modificação das atribuições das Promotorias de Justiça de Itabuna;

PROPONENTE: Procuradora-Geral de Justiça;

INTERESSADOS: Promotores de Justiça Márcia Costa Bandeira Gomes, Dioneles Leone Santana Filho e Thais Monte Santo Passos Polo;

RELATORA: Procuradora de Justiça Lícia Maria de Oliveira.

2. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SEI Nº 19.09.00878.0010185/2021-32

ASSUNTO: Modificação das atribuições das Promotorias de Justiça de Vitória da Conquista;

PROPONENTE: Procuradora-Geral de Justiça;

INTERESSADAS: Promotoras de Justiça Sara de Oliveira Guanaes Aguiar e Sá e Janaina Pereira Fonseca Ricon;

RELATOR: Procurador de Justiça Marco Antônio Chaves da Silva.

3. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SEI Nº 19.09.02010.0018678/2021-70 (Apenso SEI Nº 19.09.02010.0012570/2021-91)

ASSUNTO: Apreciação das indicações para outorga do Prêmio J.J Calmon de Passos e da Medalha do Mérito do Ministério Público do Estado da Bahia;

PROPONENTE: Procuradora-Geral de Justiça.

4. RECURSO INOMINADO EM FACE DE DECISÃO DO CONSELHO SUPERIOR EM NOTÍCIA DE FATO (IDEA nº 596.9.109114/2020).

RECORRENTE: Sigiloso

RELATORA: Procuradora de Justiça Míria Valença Gois;

INTERESSADO: Universidade Estadual de Feira de Santana.

Os autos encontram-se à disposição para exame no Sistema SIGA, no Sistema SEI – Bloco de Reunião 4795 - sessão OECP - 08/11/2021; e no Sistema IDEA.

As inscrições para sustentação oral deverão ser feitas através do site:
<https://www.mpba.mp.br/formulario/57663>.

O acesso ao ambiente virtual da sessão se dará por meio de link, a ser enviado, até 15 minutos antes do início da sessão, à caixa de e-mail institucional de todos os membros do colegiado.

Eu, Alexandre Soares Cruz, Secretário-Geral do Ministério Público, subscrevi.

Salvador, 26 de outubro de 2021.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça

DISTRIBUIÇÃO

Nesta data, na forma do artigo 25 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, foi redistribuído, por razão de incompatibilidade, através de meio eletrônico, com encaminhamento imediato à Revisora, o seguinte Procedimento:

Procedimento SIGA nº 14666/2021 (Apenso SIGA nº 8225/2020 e 14764/2021)
ORIGEM: Corregedoria Geral
RELATORA: Procuradora de Justiça Elza Maria de Souza
REVISORA: Procuradora de Justiça Maria Adélia Bonelli Borges Teixeira ASSUNTO: Recurso Administrativo
RECORRENTE: Alex Moura Santos

Salvador, 26 de outubro de 2021.

ALEXANDRE SOARES CRUZ
Promotor de Justiça
Secretário-Geral do Ministério Público

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DISTRIBUIÇÃO

Em 26 de outubro de 2021, na forma dos artigos 171 a 178 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público da Bahia, foram distribuídos, por meio eletrônico e em ato público, com encaminhamento imediato ao Relator, os seguintes procedimentos:

INQUÉRITO CIVIL Nº 107.9.162123/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Itarati
RELATORIA: 1º Conselheiro - Zuval Gonçalves Ferreira
ASSUNTO: Direito Administrativo e outras Matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Violação aos Princípios Administrativos
INTERESSADO(A)(S): Prefeitura Municipal de Itarati

INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.33717/2019
ORIGEM: Promotoria de Justiça de Educação da Capital - 4º Promotor(a) de Justiça
RELATORIA: 1º Conselheiro - Zuval Gonçalves Ferreira
ASSUNTO: Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público > Serviços > Ensino Fundamental e Médio > Educação Pré-escolar
INTERESSADO(A)(S): Município de Madre de Deus; Lucineia Matos da Silva

PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 657.9.102422/2017
ORIGEM: 4ª Promotoria de Justiça de Ipiaú
RELATORIA: 2ª Conselheira - Rita Maria Silva Rodrigues
ASSUNTO: Direito Administrativo e Outras Matérias de Direito Público > Atos Administrativos > Improbidade Administrativa > Dano ao Erário
INTERESSADO(A)(S): Município de Barra do Rocha